



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



1

**TERMO DE CONTRATO Nº .../10/SMSTT,  
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE E A EMPRESA .....,  
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA PARA REALIZAR  
AUDITORIA INDEPENDENTE COM O  
OBJETIVO DE APURAR OS CÁLCULOS  
PARA EFEITO DO DISPOSTO NO ART 42,  
PARÁGRAFO 3º INCISO II DA LEI 8.897/95  
E LEI 11.445/07, EM CONFORMIDADE  
COM O EDITAL DE TOMADA DE PREÇO  
Nº 044/2010.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n , inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, através do Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GCLP, sito à Rua Marechal Floriano, nº 458, neste ato representado pelo Gerente de Compras e Licitações Públicas, Sr. Regimar Hernandes da Rosa, inscrito no CIC sob nº 215.685.100/04, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 9.144 de 12 de junho de 2006, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida no Município de ..... / ....., na ....., nº ....., Bairro ....., CEP:....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., na qualidade de ....., portador(a) do RG nº ....., doravante denominada CONTRATADA, de conformidade com o Edital de Tomada de Preço nº 044/2010, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar auditoria independente com o objetivo de apurar os cálculos para efeito no disposto no Art. 42, parágrafo 3º , Inciso II da Lei nº 8.897/95 e Lei 11.445/07, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição dos produtos, os seguintes valores:

Item	Qtde.	Un.	Descrição do Objeto	Valor Total
01	01	serv.	Auditoria independente com o objetivo de apurar os cálculos para efeito no disposto no Art. 42, parágrafo 3º , Inciso II da Lei nº 8.897/95 e Lei 11.445/07, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência em anexo.	

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



2

**Parágrafo Único:** O valor total do presente Contrato é de **R\$ .....** (.....).

**CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado após a entrega do serviço, mediante a apresentação da fatura correspondente visada pela Secretaria Municipal de Segurança, dos Transportes e do Trânsito.

**Parágrafo Primeiro:** Os valores serão irrevogáveis até o final do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS:** os serviços serão recebidos pela SMSTT, nos termos e prazos constantes do Termo de Referência em anexo.

**CLÁUSULA QUINTA - COBERTURA FINANCEIRA:** As despesas decorrentes deste Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA, DOS TRANSPORTES E DO TRÂNSITO  
2621 – Manutenção do Fundo Municipal de Trânsito e Transporte  
33.90.35.00.00.00.00 – Serviços de Consultoria  
Código Reduzido - 1804

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZO:** O prazo para conclusão dos trabalhos será de 45(quarenta e cinco) dias, a contar da data da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado por igual período.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES:** Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, e;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO:** A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

**Parágrafo Primeiro:** A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.

**Parágrafo Segundo:** Outrossim, constituirá motivo para rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



3

**Parágrafo Terceiro:** A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento pela Prefeitura Municipal, das faturas apresentadas pela contratada, decorridos 90(noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

**CLÁUSULA NONA - FORO:** As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas.

Gerência de Compras e Licitações Públicas, \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
Contratada

**Enoc Braga Guimarães**  
Secretaria Municipal de Segurança, dos Transportes e do Trânsito

**Regimar Hernandes da Rosa**  
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

**CC.: SMF/SMSTT/GCLP/CSCI/CONTRATADA.**

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



4

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para realizar auditoria independente com o objetivo de apurar os cálculos para efeito no disposto no Art. 42, parágrafo 3º, Inciso II da Lei nº 8.897/95 e Lei 11.445/07.

**JUSTIFICATIVA:**

Estabelecido como compromisso do Executivo pela Lei Orgânica do Município, datada de 02 de abril de 1990, em seu CAPÍTULO V – DOS TRANSPORTES:

**“CAPÍTULO V**  
**DOS TRANSPORTES**

**Art. 131** - O Município estabelecerá política de transporte público, organizado e planejando a execução do serviço, ressalvada a competência federal e estadual.

**Art. 132** - A política de transporte público deverá compatibilizar as necessidades da zona urbana e rural e visará a assegurar o acesso da população aos locais de emprego, consumo, educação, saúde, lazer e cultura, bem como outros fins econômicos e essenciais.

**Art. 133** – É dever do Poder Público Municipal fornecer um transporte com tarifa condizente com o poder aquisitivo da população, bem como assegurar a qualidade dos serviços.

**Art. 134** – O funcionamento do transporte coletivo, no Município fica assegurado durante as 24 horas do dia.

**Art. 135** – O Município normalizará os meios de transporte, evitando o monopólio privado.

**Art. 136** – O Conselho Municipal de Transporte Coletivo definirá a política de transporte para o Município, cuja composição e atribuições serão estabelecidas em lei.

**Parágrafo Único** - Toda alteração no transporte coletivo, dentro dos limites do Município, com qualquer fim ou objetivo, tanto no traçado, extensão ou redução de linhas, horários ou mecânica de transporte com alterações nos veículos, dependerá de prévia aprovação do Executivo municipal. (Parágrafo acrescido pela Emenda de nº 05, de 27.10.95) “

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



5

Visando transparência e cumprimento dos Princípios Constitucionais, além das determinações específicas do disposto no artigo 42, da lei federal 8.987/95 e redação dada pela lei federal 11.445/2007, é que foi designada pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria 017/2010-GABEX, de 17/08/2010 uma Comissão para avaliar os eventuais prejuízos e a respectiva indenização decorrentes da prestação do serviço de transporte coletivo no município do Rio Grande, realizando diversas reuniões, onde foram analisados os relatórios do cálculo de indenização apresentados pelas empresas operadoras, **Viação Noiva do Mar Ltda. e Sociedade União dos Cotistas Ltda.**; debatendo a legislação aplicável ao caso.

Os relatórios apresentados pelas empresas prestadoras do serviço de transporte coletivo apresentaram supostos valores a serem indenizados divididos em: defasagem tarifária; investimentos não depreciados; bens reversíveis e rescisão dos funcionários, sendo que a empresa Cotista apresenta ainda o item reequilíbrio econômico-financeiro.

Após, foi lavrado um Relatório, onde a Comissão manifesta a não aceitação dos valores apresentados pelas empresas **Viação Noiva do Mar Ltda e Sociedade União dos Cotistas Ltda**, causando, portanto um impasse quanto aos valores apresentados pelas partes (Executivo e Empresas). Isto posto, é que busca-se efetuar uma auditoria independente, amparados pelo estabelecido no inciso II, parágrafo 3º, artigo 42, da Lei Federal 8.987/95 e Lei Federal 11.445/07.

## **DESCRIÇÃO GERAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO:**

A exploração da viação urbana em nosso município, foi em 1884, com a instalação da Companhia Carris Urbanos de Rio Grande. Em janeiro de 1890, foi inaugurada uma linha que ia da cidade até a praia do Cassino, os passageiros iam de bonde até o Parque e ali passavam para o trem, puxado por uma pequena locomotiva.

Em 1939, surgiram os dois primeiros ônibus em Rio Grande. A Prefeitura Municipal, em 1940, colocou o serviço de ônibus até a praia do Cassino.

O Município explora o transporte coletivo, desde 1950 e, atualmente, concede e fiscaliza o sistema de transporte coletivo urbano e interdistrital, sob a gerência da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito.

Há instrumentos contratuais firmados pelo Município com as empresas ao longo do tempo, podendo citar entre elas, Processos Licitatórios de

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



6

Concessão, Termos de Permissão e outras figuras jurídicas, além de legislação municipal podendo citar entre elas:

**Lei 4591/91** que “AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO AUTÁRQUICO DE TRANSPORTE COLETIVOS - DATC, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO RIO GRANDE – CASSINO.”

**Lei 4980/95** que “ AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ATRAVES DO DEPARTAMENTO AUTARQUICO DE TRANSPORTES COLETIVOS - DATC. A ABERTURA DE CONCORRENCIA PUBLICA, PARA A EXPLORAÇÃO DE LINHA CIRCULAR DE ONIBUS NO BALNEARIO CASSINO.”

**Lei 5067/96** que “AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO AUTÁRQUICO DE TRANSPORTES COLETIVOS - DATC, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA LINHA RIO GRANDE-CASSINO – QUERÊNCIA.”

**Lei 5.602/2002** que “DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, APROVA O CÓDIGO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” e posteriores alterações

O transporte coletivo é explorado por duas empresas quais sejam: **Viação Noiva do Mar Ltda**, com 23 (vinte e três) linhas urbanas e 04 (quatro) distritais e a **Sociedade União dos Cotistas Ltda** com 07 (sete) linhas urbanas e 01 distrital.

A quilometragem média mensal percorrida é de 725.000 Km, com uma média mensal de 1.800.000 passageiros transportados, dentre eles 1.500.000 passageiros pagantes e 350.000 passageiros beneficiados por algum tipo de gratuidade e/ou subsídio.

## **OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA A SEREM CONTRATADOS**

### **GERAL:**

O objetivo da contratação de empresa de auditoria é obter um parecer profissional a respeito dos cálculos e valores apresentados pelas empresas **Viação Noiva do Mar Ltda.** e **Sociedade União dos Cotistas Ltda.** e pela Comissão

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



7

Municipal, designada pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria 017/2010-GABEX, para efeito do disposto no inc. II, do § 3º, do art. 42, das Leis 8.987/95 e 11.445/07.

### **ESPECÍFICOS:**

Os serviços de auditoria deverão fundamentar-se nos itens que compõem a tarifa de transporte de passageiros do município do Rio Grande, referidos da seguinte forma:

**A - Defasagem tarifária:** parecer referente a eventuais diferenças entre a tarifa autorizada pelo poder público e a tarifa adequada ao escopo do serviço (podendo ser utilizado como parâmetro os cálculos apresentados pelas concessionárias e pelo Poder Público) no período de 01 de julho de 1989 até a data atual, analisando, inclusive, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão e eventual indenização.

**B - Verbas rescisórias dos trabalhadores:** parecer referente a eventual indenização às concessionárias quanto a verbas rescisórias dos trabalhadores de suas empresas, analisando, inclusive, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de eventual indenização pelas concessionárias aos seus trabalhadores e do poder público as concessionárias.

**C - Investimentos não depreciados:** parecer referente a eventuais investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, especificamente, a frota de veículos (leves e pesados) utilizados exclusivamente para a prestação de serviço de concessão de transporte público coletivo, analisando, inclusive, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão e eventual indenização.

**D - Bens reversíveis:** parecer referente a eventual indenização pelo poder público às concessionárias pela reversão de bens, exclusivamente, frota de veículos (leves e pesados) em operação, analisando, inclusive, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão e eventual indenização.

### **METODOLOGIA**

Os trabalhos deverão ser realizados mediante padrões reconhecidos de auditoria compreendendo provas nos livros e documentos de contabilidade, bem como outros processos técnicos de avaliação, na extensão julgada necessária para fins de emissão de parecer especial sobre os cálculos

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



8

apresentados, visando o disposto no inc. II, do § 3º, do art. 42, das Leis 8.987/95 e 11.445/07.

A contratada deverá revisar a totalidade dos documentos apresentados pelas partes visando o objeto contratado., além de:

- a) Analisar as planilhas de cálculo de tarifa apresentada pelas concessionárias, pelo poder público, a autorizada e/ou a judicialmente deferida.
- b) Analisar parâmetros de cálculo que compõem a tarifa, para apresentar o valor de tarifa correta ao serviço de transporte coletivo, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- d) Análise da documentação referente a situação jurídica dos trabalhadores em transporte coletivo, verificando eventual pagamento de verbas rescisórias àqueles, e seus componentes e quantitativos.
- e) Verificação da frota de veículos (leves e pesados) e os em circulação, bem como não depreciados e depreciados e bens reversíveis.
- f) Observância às recomendações da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito e da Procuradoria Jurídica do Município e a legislação pertinente.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A empresa de auditoria, através de seus representantes, funcionários ou prepostos, terá acesso irrestrito e ilimitado a todos os livros, contas, documentos, comprovantes, contratos, documentos legais, registros fiscais e contábeis etc., bem como a todas as informações que os auditores considerem como necessárias a fim de desempenhar seu trabalho e cumprir com suas obrigações que poderão ser buscadas, em especial junto a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito e empresas concessionárias.

Representante da contratante poderá acompanhar auditores quando de suas visitas às empresas concessionárias, sendo-lhe concedida todas as informações necessárias para a execução do serviço ora contratado.

Em determinadas ocasiões representantes das partes contratantes poderão solicitar reuniões com os auditores, com visitas aos seus escritórios, para revisar os papéis de trabalho de auditoria e discutir o trabalho executado, achado e conclusões dos auditores.

Discussões e reuniões de trabalho com a empresa de auditoria deverão ser agendadas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito.

A falta do cumprimento destes requisitos poderá caracterizar descumprimento contratual.

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



9

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a - Possuir em seus quadros de profissionais legalmente habilitados e em número suficiente para a realização do trabalho;

b - Experiência comprovada em auditoria, de forma que este possa executar eficientemente os serviços contratados, possibilitando, assim, determinar a estratégia da auditoria em cada concessionária.

A Contratada deverá ainda:

- 1 - Efetuar reuniões de início e encerramento de auditoria com a contratante.
- 2 - Planejar o trabalho de auditoria.
- 3 - Caso os auditores tenham alguma dúvida em relação a quaisquer aspectos relativos aos procedimentos de auditoria ou ao serviço, deverá contatar a contratante.
- 4 - Utilizar procedimentos e métodos que estão em conformidade com práticas de auditoria geralmente aceitas (ISA).
- 5 - Contar com mecanismos eficientes para a garantia da qualidade do serviço.
- 6 - Possuir auditores independentes da entidade e de interessados diretos com o que está sendo auditado (por exemplo, empresas concessionárias e seus representantes), não possuindo qualquer relação comercial e/ou financeira com os auditados.

Não existe qualquer limitação à responsabilidade do auditor com relação aos pareceres de auditoria emitidos em decorrência do contrato.

A equipe, composta de, no mínimo, três contadores, deverá ser a mesma que executará o serviço. Em caso de necessidade de substituição, a Comissão Projeto precisa aprovar com antecedência os nomes e currículos dos componentes da equipe, garantindo que a qualidade e experiência da equipe sejam mantidas.

## **RESULTADO ESPERADO**

Emissão de parecer especial dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dados financeiros contábeis e comerciais, conforme estabelecido nas Leis n.ºs. 8.987/95 e 11.445/07, inc.II, do § 3º, do art.42.

## **PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



1 0

O prazo de execução do serviço é de 45 (quarenta e cinco dias).

No trigésimo dia deve o contratado entregar um relatório minuta contemplando todos os serviços já executados, que deverão constar também no relatório final. Em até cinco dias a contratante devolverá o relatório minuta com eventuais pedidos de correções que deverão ser feitas em quinze dias pela contratada, para ao final, entregar o relatório final.

O prazo será contado à partir da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, emitida pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito.

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:**

Os contratantes são responsáveis por inspecionar e aceitar os relatórios de auditoria. Caso o relatório não seja aceitável, não totalmente satisfatório devido a deficiências do trabalho de auditoria, ou não cumpra com todos os requisitos indicados nas especificações, o auditor deverá executar o trabalho adicional necessário sem custo adicional para o Município, se for o caso.

Após a entrega do relatório final, a contratante poderá, se constatar sua adequação ao contratado, emitir o Termo Final de Recebimento.